

**IV Reunião Plenária do
Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos
do MERCOSUL (FCCR)**

Carta da Bahia

Os Governadores, Governadoras Prefeitos, Intendentes, Intendentas, Alcaldes e Alcadesas e demais autoridades representantes dos governos locais e regionais do MERCOSUL, presentes na IV Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), realizada em 15 de dezembro de 2008, em Costa do Sauípe, Bahia, Brasil.

CONSIDERANDO,

A gravidade da crise que se abateu sobre a economia global, os agentes públicos do MERCOSUL, nos seus vários níveis de governo, afirmam que esta crise não foi criada pelos países da América do Sul e do Caribe, mas é fruto da ganância de irresponsáveis especuladores e da absoluta falta de mecanismos sérios de regulação dos mercados financeiros. Ao mesmo tempo, afirmam que a conjuntura internacional evidencia a importância do papel dos agentes públicos como atores essenciais para aproveitar a potencialidade e as oportunidades existentes e produzir mudanças capazes de completar o nosso processo de desenvolvimento.

A vitalidade do MERCOSUL que se expressa na participação dos seus atores, nas relações econômicas e sociais entre os países e povos; nos novos mecanismos de transações comerciais; na redução das assimetrias e no aumento das relações de interdependência entre os governos nacionais para fortalecer a integração regional e reduzir a histórica dependência externa de nossos países no cenário internacional.

A América do Sul, como espaço geográfico, político, cultural e econômico, que amplia e fortalece seu processo de integração com a criação da UNASUL, com a livre determinação dos povos, com a construção democrática e com o respeito de sua diversidade cultural, étnica e ambiental.

Que o IV PLENO DO FCCR realiza-se no marco de encontro inédito que reúne os Chefes de Estado da Cúpula da América Latina e do Caribe e fortalece a construção de nossas identidades, de nossas relações econômicas e sociais que resultará em um novo reposicionamento de nossa região no mundo.

Que os governos locais, estaduais e provinciais são parceiros comprometidos com a integração regional, cujas ações e experiências inovadoras são de grande relevância, impactam nos territórios da região, aproximam a cidadania da agenda do Bloco e garante sua sustentabilidade política e social.

Que a promoção do emprego, a proteção social, os princípios e direitos fundamentais do trabalho e o diálogo social no marco do Programa Trabalho Decente da OIT seja um conjunto eficaz de políticas para responder a crise econômica atual e um instrumento de inclusão social.

Que a consolidação das relações do FCCR com os parceiros institucionais – o Parlamento do MERCOSUL, a Corporação Andina de Fomento, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Fórum de Autoridades Locais – potencializa a capacidade do FCCR de lograr êxito nos seus objetivos de ampliar a participação de novos atores políticos.

DECLARAM

1. Que os resultados produzidos pelas agendas dos governos regionais e locais com seus governos nacionais, ao longo da atual Presidência *Pro Tempore*, contribuam para intensificar a cooperação cultural, as políticas de integração produtiva, de promoção do trabalho decente e que venham a ser buscados pelas instâncias formais do MERCOSUL e incorporados pelos países do Bloco.
2. Que é necessário um maior envolvimento dos governos regionais e locais e o fortalecimento da temática territorial na definição da implementação dos recursos do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), sob o risco de inviabilizar os seus objetivos fundamentais de redução das assimetrias e de combate das desigualdades.

3. Que é urgente a implementação de ações e políticas consistentes e articuladas de integração fronteiriça no âmbito do MERCOSUL, envolvendo os governos locais e regionais como atores fundamentais, em razão de suas experiências com a realidade e as dificuldades cotidianas do cidadão fronteiriço.
4. Que é de fundamental importância aperfeiçoar os processos de tomada de decisão do MERCOSUL e o uso dos recursos financeiros e humanos, assim como o empoderamento das instâncias de participação dos governos locais e regionais e da sociedade, de modo que as práticas de funcionamento do Bloco reflitam os anseios políticos dos Presidentes, Chefes de Estado e dos povos da região.
5. Que reitera a importância dos governos nacionais agilizarem junto a seus Parlamntos o processo de aprovação do ingresso definitivo da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL.

Expressam, finalmente, seu profundo sentimento de solidariedade ao povo de Santa Catarina, Brasil, cujos recentes episódios evidenciam a necessidade de maior coordenação com os governos nacionais para a formulação de políticas públicas de defesa civil e de formulação de uma agenda ambiental. Aos governos locais, em especial, destacam-se as possibilidades de troca de experiências sobre o planejamento urbano e rural e a troca de experiências na elaboração e execução de planos locais de combate às mudanças climáticas.

Exprimem, ainda, a urgência da organização de um fórum de governos regionais e locais, durante a II Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária Internacional, que se realizará em Nova Trento, Santa Catarina, em abril de 2009.

Agradecem a acolhida calorosa e o decisivo apoio do governo do Estado da Bahia ao processo de integração dos governos subnacionais ao MERCOSUL.

Costa do Sauípe, Bahia, 15 de dezembro de 2008.